

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and initials 'MLP' below it.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 57

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e noventa e três, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, para a sessão ordinária do mês de Setembro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e José Carlos da Silva Neves, respectivamente Primeiro Secretário eleito e Segundo Secretário em substituição legal do respectivo titular e com a presença dos Vogais Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Branco Pontes, José Mendes Macedo Loureiro, Armando Manuel Dinis Vieira, Rogério da Silva Leitão, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Barros, José Fernandes Pereira, Artur José Lopes Lobo, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 Horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Élio Manuel Delgado da Maia, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Libério da Silva Santos,

Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Arlindo de Macedo Bastos, José Jorge da Costa Pôncio, Rogério Mário Madail da Silva, Celso de Sousa Figueiredo Gomes, António Óscar Moreira Paulo e Elias de Oliveira Vieira.

Seguidamente o Presidente da Assembleia, deu conhecimento do falecimento do filho do Sr. Manuel Arede de Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Nariz e membro desta Assembleia. Consequentemente e por proposta da Mesa a Assembleia deliberou aprovar um voto de solidariedade para com aquele Vogal e manifestar-lhe o seu pesar.

Continuando no uso da palavra deu também nota de uma carta enviada pelo Sr. Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Presidente da Junta de N^a Sr^a de Fátima a comunicar a sua renúncia ao mandato da referida Junta de Freguesia . Seguidamente informou a Assembleia de que na próxima reunião deste órgão será convocado o Sr. Antero Marques dos Santos, Presidente actual da dita Junta de Freguesia por ser o elemento da lista imediatamente a seguir e por inerência, membro desta Assembleia Municipal.

Também o Vogal Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, por razões de ordem profissional renunciou definitivamente ao seu mandato de Vogal desta Assembleia, continuando por isso em funções o seu substituto legal, até ao final deste mandato.

Finalmente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Celso de Sousa Figueiredo Gomes e Armando Manuel Dinis Vieira, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa declarou aberto o período Regimental de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

No uso da palavra o Vogal Ferreira da Silva, referiu-se à abertura da Escola C+S de S. Bernardo e abordou novamente o problema dos acessos

àquele estabelecimento de ensino. Prosseguindo, disse que muito embora considere que o principal não esteja feito, fez-se já alguma coisa para garantir mínimamente a segurança das pessoas à dita Escola. Acrescentou também, que se não houver continuidade no bom policiamento que tem sido feito até agora, poderão acontecer acidentes graves. Louvou o empenhamento dos agentes aí destacados, já que têm contribuído para evitar eventuais acidentes. Disse ainda que se podia ter feito mais a nível de sinalização, uma vez que a maior causa dos acidentes que se verificam na Estrada de S. Bernardo é, para além da culpa própria do automobilista, a não existência de uma linha contínua proibindo a ultrapassagem naquele local. A terminar, considerou que a solução adoptada é uma solução imediata, porém é de opinião que não pode ser a definitiva, devendo por isso fazerem-se as melhorias que se impõem.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Armando Vieira, começou por salientar que, aquando da discussão do Plano de Actividades de 93, numa atitude que surpreendeu algumas pessoas presentes votou favoravelmente o dito Plano, tendo então sido criticado politicamente por esse facto. Prosseguindo, referiu que o Sr. Presidente da Câmara, bem como os Srs. Vereadores, sabem que quando tem críticas a fazer é com razão que as faz, por outro lado sabem também que quando tem que elogiar a acção da Câmara, não esconde esse elogio e fá-lo claramente. Assim, decorridos que foram estes meses todos, disse recordar-se perfeitamente da declaração de voto que na altura proferiu: - "faço votos para que não me tenha que arrepender". Hoje e decorrido esse espaço de tempo tem que dizer que está decepcionado e que o Plano de Actividades para a Freguesia de Oliveirinha, não começou! Ressalve-se porém em abono da verdade e da justiça, que negociações à margem, feitas pelo Sr. Vereador Victor Silva para a aquisição de terrenos de transcendente importância nomeadamente em Quintans, para o Centro Cívico daquela localidade e em Oliveirinha para a futura Sede da Junta e Centro de Saúde, foram bem conduzidas e por isso a Junta elogia, apoia e aplaude o comportamento do Sr. Vereador Victor Silva, para que estas duas questões sejam resolvidas, estando a ser resolvidas de acordo com os interesses locais e com as propostas apresentadas. Porém do Plano de Actividades, ao contrário daquilo que foi feito noutras freguesias, nomeadamente Requeixo e N^a Sr^a de Fátima, nem uma pequenina obra daquelas que estavam incluídas no Plano foram executadas na freguesia de Oliveirinha. Prosseguindo, referiu também, que há sensivelmente um mês foi doado à Junta de Freguesia de Oliveirinha por

c) - Esclarecimentos ainda sobre a requisição de salas pela Câmara à Escola Homem Christo.

Relativamente a esta última questão, disse que a Câmara adoptou uma posição de força para com o Conselho Directivo, para com a Escola, exigindo a entrega de algumas salas, querendo esclarecimentos sobretudo na perspectiva de que a Repartição de Finanças de Aveiro, há muito que vem utilizando instalações do Município e que se saiba nunca pagou um tostão de renda e a Câmara sistematicamente neste caso, vai recuando. Pensa por isso, que não estão a ser defendidos os interesses do Município e entendem que vai sendo mais que tempo para solucionar esse assunto. Considerou ainda que o problema da Repartição de Finanças tem a ver com a Escola Homem Christo, na medida em que, em sua opinião, são adoptados dois pesos e duas medidas e que efectivamente chocam qualquer pessoa que tenha responsabilidades nesta matéria.

Finalmente, salientou que tempos houve, em que a cidade de Aveiro era carente de instalações, porém, disse adivinharem-se agora novos tempos em que efectivamente há um excesso de instalações disponíveis, o que é mau sinal, pois é um sintoma de que algo vai mal; quando há infraestruturas disponíveis e adivinha-se que brevemente teremos essa possibilidade em excesso, desde situações derivadas possivelmente do interesse da iniciativa privada, como é o caso do Teatro Aveirense, que continua disponível à espera de solução; do edifício da Capitania que parece estar disponível, uma vez que a mesma foi para o concelho de Ílhavo, bem como a J.A.P.A. ; Quartéis com espaços enormes, encontram-se vazios ou quase; Departamentos da Administração Central, estão em vias de ficar vazios de competências, bem como de pessoal, como é o caso do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro, cujo edifício a curto prazo ficará também disponível, já que a partir de 1 de Outubro, todos os beneficiários da Segurança Social que pertencem ao Centro de Aveiro, passam a ser contribuintes do Centro Regional do Centro, com sede na cidade de Coimbra. Salientando finalmente, que se assiste portanto a toda esta situação e os órgãos que têm alguma responsabilidade nesta matéria, nomeadamente a autarquia e Governo Civil não podem como é óbvio ficar calados perante este "esvaziar de Aveiro."

Usando seguidamente da palavra o Vogal Vitor Mangerão, começou por dizer, que o dramatismo que o Vogal Custódio Ramos pôs nesta espécie de processo de decadência acelerada de Aveiro, "tocou-o de tal

maneira que teve que se ir inspirar para qualquer coisa que servisse de paliativo". Tecendo críticas à acção da Câmara, perguntou se haverá alguma coisa mais triunfal, mais optimista, mais virada para o futuro, mesmo mais garante de que realmente quem está à frente dos destinos do concelho aposta no progresso e numa visão luminosa para todos os munícipes, como por exemplo a inauguração do aeroporto de S. Jacinto? a pedido e por necessidade dos industriais da zona, segundo o Executivo, e que finalmente depois de décadas de discussões conseguiu-se um aeroporto!

Foi assim, que este assunto foi apresentado à Comunicação Social, portanto como uma infraestrutura necessária ao desenvolvimento da região. "Então? quando se inauguram aeroportos que possivelmente irão competir com a famosa Pista de Oliveirinha, que como sabem foi programada mais uma vez este ano no Plano de Actividades... depois, ali Pedras Rubras, fica a perder de vista, deixa de ter interesse, pronto isto é uma aposta no futuro! perdem-se uns serviços, mas ganham-se coisas como um aeroporto! e que diabo um aeroporto vale bem vários andares de umas Repartições Públicas.

Prosseguindo e uma vez que não veio transcrito na acta da Câmara, manifestou o desejo de saber em que termos é que foi firmado o protocolo entre a Força Aérea e a Câmara Municipal, para tornar verdadeiramente útil, mínimamente útil para o chamado serviço doméstico de aviação, aquela Pista, aquelas infraestruturas, isto porque ainda agora em plena vigência da Força Aérea lá, já o aérodromo era de tal maneira secundário, que quando vinha um avião militar lá pousar, chamavam de propósito os Bombeiros, que eram cedidos da Base de Cortegaça, vindo também propositadamente o homem do contróle de tráfego aéreo. Quis saber ainda se existem lá Bombeiros em permanência, para aquilo ser mínimamente um aérodromo, bem como se há alguém a dirigir o tráfego aéreo? Continuando no uso da palavra, perguntou se não será optimismo a mais? ou se não será atirar foguetes com coisas destas para a frente das pessoas, para ocultar precisamente aquilo que devia ser feito e que não é feito, muitas vezes pequenas coisas mas imediatas em termos de prioridades. Disse pasmar de ver um Presidente da Junta de Oliveirinha, num fim do ano que é o final de um mandato, a dizer pura e simplesmente isto: - "as obras que estavam programadas não foram feitas". Referiu também que se formos a escalpelizar os Planos de Actividades destes dois anos para trás, verifica-se que as obras que foram introduzidas no primeiro ano, foram repetidas no segundo, metidas

outra vez no terceiro e acaba o mandato se calhar, sem que as mesmas sejam finalizadas. Em sua opinião, estes aspectos são bem mais importantes que um "aeroporto", pelos vistos, noutra perspectiva de gerir os negócios do concelho o aeroporto é bem mais importante. Pretendeu esclarecimentos relativos ao número de aviões e industriais da zona que já lá pousaram desde o dia da sua inauguração até hoje, bem como quantos industriais da zona têm avião ou se decidiram comprar desde que o aeroporto finalmente ficou disponível? Também por desconhecer os termos do protocolo que foi feito com a Força Aérea, avançou a hipótese de que se calhar a Força Aérea empresta os aviões aos industriais num âmbito de cooperação patriótica que se deseja. Isto não é gozo salientou, mas é apenas para desmistificar um bocado a foguetagem que para aí anda em torno desta questão - "depois digam que já alguém anda a preparar as candidaturas para as próximas autárquicas - vê-se quem anda!"

Relativamente à questão do T.I.R./T.I.F., perguntou se é mais importante para o Sr. Presidente da Câmara responder aos artigos que saem nos jornais versando esta matéria, ou se antes que alguém lhe pergunte, por iniciativa própria expôr o assunto a esta Assembleia. Em seu entender isso é que devia ter sido feito, pois passou-se Agosto à espera que houvesse uma Assembleia extraordinária, convocada para debater o assunto, com transparência, inclusivé até com serenidade, inclusivé até amigavelmente em nome dos grandes interesses de Aveiro. O ponto chegou a isto - se há confusão, se há falta de transparência, se há equívocos, se calhar até se há obstáculos para a Câmara, nasceu tudo da forma como a Câmara agiu neste processo. Referiu ainda não ser o mérito do negócio que está em causa, o que está em causa é o envolvimento deste negócio com nuances que em sua opinião são muito pouco transparentes - "e não venham para aqui acenar com as imagens das corrupções ou das luvas ou das pressões de não sei quê, até hoje graças a Deus, nesta Assembleia, que saiba nunca esses fantasmas por aqui andaram e vamos mantê-los longe, afastados uns dos outros, que é o que todos nós desejamos - não é isso que se passa! é a formação da vontade da Câmara num assunto destes que não está a ser a melhor."

Finalmente, quis saber também o que é que se passa relativamente à questão levantada pelo Vogal Custódio Ramos, que envolveu a Câmara/Galitos/Clube de Esgueira, já que sabe que por detrás de tudo isto havia uma escritura e um compromisso entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Esgueira e que o objecto dessa escritura e a finalidade desse compromisso

aparentemente ficaram prejudicados pelo negócio à volta de uma bomba de gasolina, que entretanto se desenvolveu.

Usando seguidamente da palavra o Vogal António Salavessa, referiu-se à questão das instalações que vão ficando vagas, em consequência da concentração noutros locais, de serviços sediados em Aveiro, nomeadamente o Centro Regional de Segurança Social, acrescentando que não se trata apenas de uma questão de instalações, mas também de problemas humanos concretos, de funcionários que, ou estão já na lista dos disponíveis da função pública, ou que com a redução de serviços correm o risco de passarem a essas listas de disponíveis. Portanto não se trata apenas do problema do esvaziar de instalações é também um problema relacionado com um menor número de pessoas envolvidas na actividade de serviços e que traz problemas humanos que é necessário ter em conta. Por isso, disse pensar, que esta Assembleia deveria de expressar um voto de repúdio pelas medidas que estão constantemente a serem tomadas, isto é, redução de serviços e concentração de serviços fora de Aveiro.

Prosseguindo, disse que no âmbito da Comissão para a Revisão do Regulamento dos Resíduos Sólidos, foi convocado para uma reunião a 7 de Julho, tendo interrompido as férias para poder estar presente, porém, disse ter estado presente mais o Coordenador da dita Comissão, (Dr. Jorge Nascimento) à porta do Centro Cultural, sem que a reunião se pudesse efectivar por falta de comparência não só dos restantes elementos que constituem a referida Comissão, mas também por falta do Vereador responsável por esta matéria.

Continuando no uso da palavra solicitou esclarecimentos sobre a problemática em torno do T.I.R./T.I.F., salientando que para a C.D.U., esta matéria não pode ser dissociada de outras, uma vez que a mesma tem muito a ver com a tomada de opções estratégicas para toda aquela zona húmida e tem a ver também com aquilo que se pretende para as salinas de Aveiro.

Seguidamente referiu-se ao Colégio Alberto Souto e às dificuldades que esta instituição atravessa, dizendo que continua a mesma indefinição, continua o mesmo jogo do empurra entre as entidades que deveriam ter responsabilidade no assunto, chamando atenção que também neste caso, e independentemente dos conflitos entre órgãos, existem problemas humanos que exigem uma solução rápida e definitiva, bem como um futuro diferente para todas aquelas crianças e funcionários atingidos por estes problemas.

Prosseguindo, solicitou ainda esclarecimentos relativos ao atraso no processo de abastecimento de águas dependente da Estação do Carvoeiro, querendo saber também quando é que se começa a receber água do dito sistema, já que, ainda ontem num programa de Televisão foi anunciado que a água de Aveiro estaria muito próxima dos limites máximos autorizados no que respeita a sulfuretos, começando por isso a ter problemas graves de qualidade.

Finalmente e relativamente à Escola Homem Christo, quis protestar pela falta de diálogo e pela situação em que a Escola foi colocada de não ter conhecimento oficial do que se estava a passar, considerando que era possível ter-se dado conhecimento ao Conselho Directivo do que se estava a passar, evitando-se assim o arrastar da situação.

Também no âmbito da solução que se encontrou para a Homem Christo, disse parecer-lhe que há compromissos em investimentos no concelho, na área da educação e que para além de questões novas que eventualmente possam surgir, chama atenção para o facto de existirem escolas, nomeadamente Escolas da cidade (Escolas Primárias) que estão com alguns problemas, nomeadamente a Escola da Vera-Cruz, com problemas nos recreios, problemas em alguns aspectos das instalações que necessitam de uma intervenção relativamente urgente. Apelou também no sentido de que seja feita uma visita às Escolas do concelho, pelos membros do Executivo, para que estas situações possam ser ultrapassadas.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Victor Martins.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal João Peixinha, referindo-se à limpeza dos Canais da Ria, lamentou que o Cais dos Moliceiros e o Cais do Paraíso, não estejam englobados na dita limpeza, já quei de acordo com um "croqui" publicado na Comunicação Social, os ditos canais não são contemplados. Prosseguindo, disse que muito brevemente será instalada uma Repartição Pública (Cartório Notarial), num dos edifícios junto ao Cais dos Moliceiros, atendendo a este aspecto, considera que é de lamentar que as pessoas que aí tenham que se deslocar para resolver os seus assuntos, tenham que suportar aquele cheiro desagradável na eventualidade do referido canal não ser limpo.

Prosseguindo e referindo-se a questões de trânsito, disse que a solução encontrada para o problema da Ponte, junto ao Pavilhão do Beira-Mar, não teve qualquer resultado prático, já que a cada passo os acidentes continuam a verificar-se e agora com a particularidade de chocarem de frente,

em virtude das bandas sonoras não terem sido acompanhadas de traço contínuo, o que origina choques frontais. Sugerindo, que talvez a colocação de um traço contínuo no local, possa de alguma forma atenuar os acidentes.

Finalmente e no que respeita à má sinalização existente no nó de Esgueira, disse que a mesma não contribui para uma boa informação ao automobilista e que em tempo chamou atenção para esse aspecto, porém a Câmara até hoje, nada fez no sentido de alterar a situação, pelo que mais uma vez alerta para o problema.

Usando seguidamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo-se aos acessos à Escola C+S de S. Bernardo, disse tratar-se de um problema actual que tem preocupado a Câmara, salientando que nesta fase fez-se aquilo que foi possível, todavia a Câmara está consciente de que a solução encontrada não é a definitiva. Informou que neste momento está-se a estudar a hipótese da implantação de semáforos no cruzamento das Ruas da Brejeira, Ernesto Paiva, Estrada principal de S. Bernardo, Rua de acesso a Vilar etc. a Eyssa Tesis está a fazer um estudo, tem havido alguma dificuldade nesse estudo dada a multiplicidade de sentidos de trânsito. Afirmou no entanto que serão implantados semáforos no dito cruzamento. Relativamente à sugestão de haver um traço contínuo, disse que nesse local é proibido ultrapassar pelo Código da Estrada, admite no entanto que o traço contínuo pode de facto chamar atenção das pessoas para esse aspecto e reforçar um pouco o esquema de segurança que a Câmara ali montou. Disse haver também uma preocupação da Câmara do lado da linha do caminho de ferro, já que há crianças de Aradas que vão para aquele estabelecimento de Ensino e têm que atravessar uma passagem de nível, é evidente que essa passagem de nível é sinalizada, é guardada, no entanto este problema só será resolvido com a implementação do Plano da C.P. de eliminar todas as passagens de Nível no troço entre as Quintans e Ovar. Trata-se um complexo de obras que disse pensar terem início no próximo ano. Salientou ainda o trabalho desenvolvido pela P.S.P., concretamente na protecção daquele atravessamento que é extremamente complexo.

No que se referere à intervenção do Vogal Armando Vieira, disse que a mesma dá a impressão de que a Câmara não fez nada do Plano de Actividades, o que de facto não corresponde à realidade, já que foram feitas obras como: "Continuação da construção do Jardim de Infância das Quintans", "Manutenção da Pista de Atletismo" (é o subsídio normal que se costuma dar

para a manutenção) "Projecto e Apoio ao Início da Construção da Sede da Junta de Freguesia" (é problema praticamente resolvido).

Tomando a palavra o Vogal Armando Vieira, esclareceu que o Jardim Infantil de Quintans, é uma obra do ano transacto e que foi terminada este ano.

Retomando a palavra o Sr. Presidente prosseguiu enumerando o rol de obras executadas: Lar da 3ª Idade, da Costa do Valado; Apoio à conclusão do Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado; Infraestruturas do Picoto, deu razão ao Vogal; Arranjo da Zona Envolvente à Capela Nova das Quintans e acessos; Falta o estudo de ampliação do Cemitério, no entanto a Câmara vai ver se é possível avançar com o mesmo; Arranjo do Largo da Igreja e Pavimentação da Rua da Feira (adjudicados, estão para o Tribunal de Contas); Pavimentação da Rua da Charca; falta a pavimentação da Rua do Braçal e a Pavimentação da Rua do Prof. Vidal. Assim, referiu, que a ideia que o Vogal Armando Vieira transmitiu à Assembleia de que a Câmara em relação à freguesia de Oliveirinha nada fez, não é inteiramente correcta, muito embora a Câmara gostasse de fazer mais e até ao fim do mandato acabar as que faltam.

Relativamente a infraestruturas desportivas, disse que de facto há zonas da freguesia de Oliveirinha que não têm nada, nomeadamente Quintans, no entanto espera que com a doação anunciada pelo Vogal Armando Vieira, seja possível dar início a este tipo de construção, sendo agora desafio da Câmara uma vez que existe terreno para o efeito.

No que se refere ao paralelismo feito entre a Escola C+S de Oliveirinha e a Escola C+S de S. Bernardo, em termos de segurança de trânsito, disse que o Vogal pode ter alguma razão, todavia em sua opinião as situações são completamente diferentes - uma coisa é o trânsito no centro de Oliveirinha outra é a situação do trânsito na Estrada de S. Bernardo, em S. Bernardo há perigo real e não há de modo algum discricionariedade em relação a outras freguesias. Foi levantado o problema de colocar também bandas sonoras, bem como traços contínuos junto da Escola de Oliveirinha, a Câmara vai executar esse trabalho pois entende que o mesmo é útil, porém a questão nunca tinha sido levantada, acrescentando também que a Câmara nunca sentiu que naquele local houvesse perigo.

No que se refere ao Centro de Saúde de Aveiro, disse ser uma obra do Plano, esperando que a mesma tenha início ainda este ano, só não começou pelo facto do projecto não estar já aprovado.

Quanto ao problema do T.I.R./T.I.F., disse que o mesmo foi à reunião de Câmara já uma ou duas vezes e tem sido abordado com os vários membros da Câmara, no entanto não existe uma deliberação formal sobre a matéria. Toda a gente sabe que há negociações que decorrem há 6/7 meses e que será uma hipótese de Aveiro resolver o seu problema do Parque de Exposições neste espaço. Estão em jogo questões estratégicas para Aveiro, deste espaço em si e nomeadamente do espaço envolvente até ao Canal das Pirâmides. Decorrem negociações que não são sigilosas nem são secretas, foram transmitidas à Câmara e naturalmente que terão que vir à Assembleia Municipal, quando houver uma deliberação formal sobre o assunto. Disse esperar também que até 15 de Agosto esta matéria venha à Assembleia, no entanto problemas na concessão do dito terminal atrasaram o processo e a Câmara entendeu que enquanto não se resolvesse uma cláusula da concessão, que faz a afectação exclusiva daquele espaço e daquelas instalações a um determinado fim, fim esse, que não cabe na competência da Câmara (que é servir de entreposto de mercadorias, dentro de legislação aduaneira entretanto entrada em vigor a partir de 1993). Trata-se portanto de um fim que não é da competência da Câmara, pode implicar nomeadamente a nulidade do acto se a Câmara fizer a aquisição sem alterar o fim. Assim e com vista a ultrapassar este problema a Câmara desencadeou todo um processo que tem sido moroso, para que a nível superior, a nível da tutela, a situação seja desbloqueada. Considerou que se trata de uma medida cautelar sem a qual a Câmara não podia avançar com mais negociações, nem podia avançar para uma proposta final e formal, quer à Câmara, quer à Assembleia Municipal.

Prosseguindo, disse que relativamente à questão levantada no "Litoral" o problema foi bem colocado, levantou todas as questões que andavam segundo a expressão do jornal "nas bocas do mundo", era um desafio ao Presidente da Câmara, era uma carta aberta, e por isso respondeu, sem no entanto entrar em matéria de facto, uma vez que a mesma não estava deliberada nem pela Câmara, nem pela Assembleia. A resposta ao artigo foi apenas a dizer que a Câmara também sentia dificuldades, que estava a estudar essas dificuldades, que haveria de apresentar uma proposta clara, transparente, participada, do conhecimento de todos e sobre a qual não fique qualquer dúvida. Finalmente, disse tratar-se de uma decisão difícil para a Câmara, dado tratar-se de um negócio que tem um conjunto de questões subjacentes de extrema importância para Aveiro, pelo que não pode ser apresentado de uma

forma ligeira. Disse saber entretanto que estará desbloqueado efectivamente o problema da concessão e que portanto a partir daqui será necessário e inevitável que a Câmara tome uma posição de sim ou não. Nessa altura e presume que será a curtíssimo prazo os Srs. membros da Assembleia Municipal terão acesso a todos os elementos e mesmo ainda se assim o entenderem, antes de uma deliberação formal, dada a complexidade do problema.

No que se refere à questão da Escola Homem Christo, contestou as afirmações proferidas e deu pormenorizadas explicações sobre todo o processo que se prende com a desactivação daquele estabelecimento de Ensino.

Relativamente ao Terminal Aéreo de S. Jacinto, disse que na altura da sua inauguração, teve o cuidado de dizer que ninguém se iludisse. Considera que o Terminal Aéreo de S. Jacinto, pode vir a desempenhar uma função a médio e longo prazo em Aveiro, salientou porém, que disse claramente e que repetiu insistentemente, que ninguém desse para já ao referido Terminal, a importância da infraestrutura que efectivamente poderá vir a desempenhar futuramente em Aveiro. Todavia, disse pensar que foi importante por variadíssimas razões que a Câmara entrasse naquela área; considera também que é importante em termos estratégicos e de futuro que a Câmara possa ter acesso aquela área e ainda que a dita infraestrutura tem algum interesse para a actividade económica regional, podendo a mesma em termos futuros vir a tornar-se uma infraestrutura importante.

No que se refere ao Colégio Alberto Souto, disse que a Câmara já fez uma proposta no sentido de assumir a situação do Colégio em condições a definir. No entanto disse pensar que o Ministério da Justiça decidiu assumir estas instalações, esperando dentro de algum tempo ter informação mais pormenorizada por força dos contactos que irá manter com o Sr. Secretário de Estado da Justiça, com vista à resolução de alguns problemas, nomeadamente aqueles que se prendem com o Tribunal, Conservatórias, Notariados e Colégio Alberto Souto.

Finalmente e no que se refere às Escolas Primárias, disse que a Câmara neste momento está a intervir na Vera-Cruz, com alguns milhares de contos e que na freguesia da Glória, também se está a tentar corrigir algumas pequenas deficiências.

Seguidamente no uso da palavra e relativamente à questão Galitos/Clube de Esgueira/Câmara Municipal o Vereador Vitor Silva,

começou por esclarecer que é o Director da Secção Náutica do Galitos e foi nessa qualidade que requereu a viabilidade à Câmara para montar o dito negócio (bombas de gasolina), isto, por entender também, que os Clubes devem ter meios de subsistência próprios. Com vista à concretização desse objectivo, pediu dinheiro emprestado, adquiriu o terreno, fazendo em suma o negócio com alguma rentabilidade para o Galitos. O Clube de Esgueira, tinha também criado a expectativa de poder vir a explorar este tipo de negócio e daí criar-se o embróglio entre o Esgueira e o Galitos, em torno desta questão. Posteriormente, disse ter feito algumas reuniões com os dois Clubes, colocou também o problema à Câmara, salientou que todo o processo foi transparente, existindo deliberações de Câmara sobre o assunto. Finalmente, disse ter-se acordado na divisão do bolo entre o Galitos e o Esgueira, considerando que ambas as partes saíram beneficiadas, dado que os dois Clubes são da cidade, em suma disse ter sido efectivamente isto que se passou.

Relativamente á escritura que foi feita entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal respeitante à cedência de um terreno, no qual a Câmara se compromete a instalar determinado tipo de equipamento, nomeadamente um Mercado, Centro de Saúde de Esgueira etc., essa situação está devidamete salvaguardada, já que o Plano que virá a esta Assembleia na altura própria contempla esse equipamento todo, na parte restante do terreno.

No que se refere às instalações da Repartição de Finanças, disse que quando há dois meses a esta parte chegou a um acordo com o Director-Geral de Finanças, em que eles pagariam à Câmara 600 contos pela parte da Repartição de Finanças e 200 contos pela parte da Tesouraria. Este acordo foi posteriormente submetido ao Sr. Secretário de Estado, o qual, alegando indisponibilidades financeiras chumbou o acordo.

Informou também que está constituída uma Comissão que vai fazer uma vistoria ao prédio para verificar aspectos relacionados com a segurança do mesmo, pois já não é a primeira vez que se desprendem bocados de placa, pondo em risco a integridade física das pessoas que o frequentam. O resultado desta vistoria será enviado ao Sr. Director-Geral, para o submeter a despacho, com vista à resolução deste tipo de coisas.

Quanto ao problema da água, existe de facto um índice de sulfuretos, dada a proximidade das águas salgadas, todavia estão dentro

dos parâmetros normais. Há também um controle pela Direcção-Regional de Saúde, a Delegação de Saúde efectua as análises que a lei determina e para além disto a Câmara têm ainda um contrato com um Laboratório, que faz outro tipo de análises. Saliou que até ao momento não houve ainda nenhum tipo de alarme ou qualquer situação que esteja fora dos parâmetros recomendados pela Direcção Regional de Saúde, no entanto a Câmara está atenta ao problema. Como é sabido o teor de ferro em alguns dos furos é extremamente elevado e muito embora não torne a água imprópria, dá-lhe de facto um mau aspecto e a Câmara anulou até dois furos precisamente por esse motivo.

No que se refere à dragagem dos canais, disse que a draga actuará apenas no Canal Principal até à Ponte de Pau, Canal de S. Roque e Cais dos Botirões.

Finalmente e no que se refere ao problema da sinalização no nó de Esgueira, disse que este problema irá ser devidamente tratado.

Seguidamente o Vereador Ferreira da Maia, deu alguns esclarecimentos relativos ao ponto da situação do Polidesportivo das Quintans. No que se refere à Comissão destinada a rever o Regulamento dos Resíduos Sólidos, disse que houve alguns problemas motivados pelas férias, remetendo o problema para o respectivo coordenador para os esclarecimentos que tiver por convenientes.

Também no uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, prestou esclarecimentos relativos ao Aérodromo de S. Jacinto, destacando alguns aspectos relacionados com o impacto que o mesmo irá ter no desenvolvimento económico desta região, disse ainda que o mesmo está aberto a todo o tráfego civil mundial e que após a sua inauguração registou já um movimento apreciável de pequenas aeronaves. Referiu que existem já imensas propostas para a instalação de Escolas de Pilotagem, bem como de firmas de construção aeronáutica ultra leve, para se instalarem em S. Jacinto. Propostas também, no sentido de se estabelecerem carreiras entre Aveiro e Lisboa, portanto táxis aéreos que querem operar em S. Jacinto. Por último informou que o Aero clube de Aveiro se encontra lá a operar.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, deu explicações relativas ao facto da Comissão para a revisão do Regulamento dos Resíduos Sólidos não ter podido ainda reunir, adiantando que o período de férias que se atravessou, contribuiu de algum modo para

dificultar o contacto entre os respectivos elementos. Assim e no final desta reunião, disse ser sua intenção marcar uma data e uma hora, com vista à realização de uma reunião para se avançar com o assunto.

Novamente no uso da palavra o Vogal Armando Vieira, começou por dizer que relativamente às obras que a Câmara diz ter executado na freguesia de Oliveirinha, o processo está invertido, isto porque, quando deviam ser os Vereadores a deslocarem-se às várias freguesias do concelho para avaliarem as suas carências e preocuparem-se com a equidade das obras que se fazem no concelho, já que estão na Câmara a tempo completo; têm que ser os Presidentes de Junta a deslocarem-se à Câmara, sendo muitas das vezes recebidos de forma desconsiderada. Dirigindo-se directamente ao Sr. Coronel Martinho, disse que muitas vezes são atendidos militares à frente dos Presidentes de Junta, com total desrespeito e falta de consideração para com estes autarcas eleitos pelo povo. Concretamente no que respeita ao Plano de Actividades, salientou que não foi executada a Pavimentação da Urbanização do Picoto; Arranjo da Zona Envolvente da Capela das Quintans; Beneficiação dos Espaços de Feiras do Concelho; Rua do Braçal; Rua da Feira (embora esteja entregue ao empreiteiro há dois mese, porque é que só agora é que foi remetido o processo para o Tribunal de Contas?). Está-se no final do ano e por isso quis saber porque é que o Plano de Actividades só começou a ser executado no fim de Setembro? A Rua da Charca, que é uma obra do Plano de Actividades do ano transacto, só este ano é que terminou, resultando isto, do vício da Câmara executar o Plano de Actividades no final do ano. Nas reposições de pavimento, diz verificar que nas freguesias de N^a Sr^a de Fátima, Requeixo e Aradas, as valas de abastecimento de água foram todas repostas, em Oliveirinha, nem um metro linear de reposição se fez, considerando tal prática discriminação política. A finalizar, fez ainda um apelo no sentido de que todas as freguesias sejam tratadas de igual forma.

Novamente no uso da palavra o Vogal Vitor Mangerão, disse que as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, relativamente à questão do T.I.R./T.I.F., são para si, perfeitamente inaceitáveis, pelo que, lançou um desafio ao Presidente da Mesa no sentido de que se promova uma Assembleia extraordinária para debater exclusivamente esta questão.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar, eram 20 Horas e 25 minutos.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

2ª PARTE

Pelas 21,30 Horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Primeiro Secretário, João Ferreira dos Santos, 2º Secretário, José Carlos da Silva Neves. Estiveram presentes os seguintes Vogais: Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Branco Pontes, José Mendes Macedo Loureiro, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Barros, Artur José Lopes Lobo, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Arlindo de Macedo Bastos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Élio Manuel Delgado da Maia, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Victor Manuel da Silva Martins, Libério da Silva Santos, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, José Jorge da Costa Pôncio, Rogério Mário Madail da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Celso de Sousa Figueiredo Gomes e Elias de Oliveira Vieira.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia, as seguintes actas:

ACTA Nº 54 - Submetida à votação, mereceu aprovação por dezanove votos a favor e quatro abstenções;

Entretanto deu entrada na Sala o Vogal Rogério Leitão.

ACTA Nº 55 - Na sequência de uma crítica feita pelo Vogal Custódio Ramos, à forma como a C.D.U. apresentou junto aos Paços do Concelho a sua candidatura, o Vogal António Salavessa entregou na Mesa uma declaração da C.D.U. que ficou a fazer parte integrante desta acta.

O Vogal Custódio Ramos, esclareceu que aquando da sua intervenção não se refriu ao documento, daí entender que o mesmo não tem que fazer parte integrante da acta, por isso solicitou à Mesa para que seja retirado e fique apenas apenso à acta.

Tomando a palavra o Vogal António Salavessa disse que quando fez referência ao documento e para ficar apenso e não como parte integrante da acta, foi no sentido de evocar a contestação de uma referência expressa que tinha existido na Assembleia e para evitar estar a fastidiar os membros da Assembleia com a leitura do referido documento. Assim, salientou que se a Assembleia entender que não é legítimo este tipo de comportamento, passará a fazer a sua leitura e a Assembleia terá que o ouvir dentro do tempo que lhe é atribuído.

Também na página 17, desta acta, chama atenção que após a sua saída antes de uma determinada votação, deve ficar registado que após essa votação deu novamente entrada na sala.

Seguidamente o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a retirada ou não do dito documento, tendo-se esta pronunciado maioritariamente pela sua retirada.

Após estas rectificações, a Assembleia aprovou a acta em discussão, por vinte e dois votos a favor e duas abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - " votei contra esta solução adoptada, porque retirou conteúdo à minha intervenção na sessão que é referida nesta acta e a posição mais correcta em meu entender, deveria ter sido a da inclusão dos parágrafos que têm a ver com a matéria que estava em discussão".

ACTA Nº 56 - Submetida à votação, mereceu aprovação por vinte votos a favor e quatro abstenções.

ORDEM DE TRABALHOS

Por motivo de estarem presentes os técnicos que estiveram envolvidos no Plano de Pormenor da Quinta do Cruzeiro - 1ª Fase, que se deslocaram expressamente da cidade do Porto para prestarem esclarecimentos sobre a matéria, os quais têm que fazer a viagem de regresso àquela cidade, o Sr. Presidente da Assembleia informou que após consultar a Mesa, esta não viu qualquer inconveniente em que se alterasse a ordem de trabalhos. Assim, e se o plenário também não levantar qualquer objecção, passava-se à apreciação e discussão do ponto nº 4 - Plano de Pormenor da Quinta do Cruzeiro - 1ª Fase .

Usando da palavra o Vogal António Salavesa, disse que em relação ao primeiro ponto da agenda de trabalhos, (Apreciação da Comunicação Escrita do Sr. Presidente da Câmara) o mesmo não deve sequer ser discutido hoje, visto que quer a Lei e o Regimento são claros em relação à antecedência mínima com que o referido documento deve ser distribuído. Uma vez que só hoje o dito documento lhe veio parar às mãos, não está de modo nenhum em condições de o ter apreciado devidamente. Por tal facto é de opinião que o Ponto nº 1 deve passar para uma reunião seguinte. Portanto a questão que se coloca é se esta Assembleia vai continuar a ordem de trabalhos, ou se em vez do Ponto nº2, passa ao Ponto nº4.

Tomando a palavra o Presidente da Mesa, esclareceu que o que está em causa é a alteração à ordem de trabalhos, pelas razões que já expôs.

Usando também da palavra o Vogal Vitor Mangerão, disse discordar da alteração proposta, uma vez que o primeiro ponto da agenda é a "Comunicação do Sr. Presidente" e se esta Assembleia resolver que este ponto não é hoje apreciado, isso é outro problema, porém, disse não concordar que se passe à frente da "Comunicação do Sr. Presidente", por muita consideração que se tenha pelos técnicos que vieram do Porto. Entende que estas coisas devem ser preparadas com antecedência para não haver improvisações seja em nome de quaisquer argumentos. Isto porque considera que em quatro anos de sessões, com experiências repetidas de má metodologia de trabalhos por parte da Câmara, por

parte de quem faz os "timings", por parte de quem faz os compromissos técnicos, está-se outra vez a cair na mesma situação. pelo que manifestou o seu desagrado.

Submetido o assunto à votação da Assembleia, esta, por maioria, manifestou-se favorável à alteração da ordem de trabalhos proposta pela Mesa.

Seguidamente o Vogal Vitor Mangerão retirou-se da sala e conseqüentemente dos trabalhos.

PONTO Nº 4 - PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO CRUZEIRO - 1ª FASE

Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 93.07.19: -
"PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO CRUZEIRO - 1ª FASE. - Dando seguimento ao deliberado na reunião de 21 de Junho, último, foi de novo presente o Plano de Pormenor em epígrafe - 1ª Fase, acerca do qual a Arquitecta Diamantina prestou os esclarecimentos tidos por convenientes, nomeadamente no que se refere às tipologias das construções a edificar.

Seguiu-se breve troca de impressões entre todos os membros do Executivo, tendo o Vereador Sr. Engº António Alves referido que gostaria de ver este Plano respeitado e que a haver alterações, no futuro, que as mesmas sejam no sentido de se criarem mais espaços verdes, o que foi corroborado por todos os Srs. Vereadores.

Posto o assunto à consideração, a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar aprovado o Plano em análise".

Entretanto deram entrada na sala os Vogais José Fernandes Pereira. José Luís Rebocho Christo.

Usando da palavra o Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta supra e deu explicações sobre as razões que motivaram a mesma.

Seguiu-se uma intervenção feita pelos responsáveis do referido plano (Engº Lameiras e Arqtª Nair), os quais, através da carta colocada sobre a parede foram tecendo considerações de pormenor estritamente técnico relacionadas com o plano em causa.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, que começou por dizer que o plano em apreço insere-se numa área adjacente a uma zona pré existente de alta densidade e que é a "Quinta do Carramona" e a "Urbanização das Ameias". Tratam-se de duas zonas muito compactas, muito densas e que naturalmente têm que ser compatibilizadas com a intervenção que agora a Câmara se propõe aprovar. Prosseguindo, disse também desconhecer se a área existente entre as duas Urbanizações, destinada a equipamento, será suficiente para se fazer uma transição adequada. Em sua opinião, a intervenção agora proposta e o existente, parece estar completamente desfasada, isto é, parece pertencer a cidades diferentes, a populações diferentes e a freguesias diferentes.

Continuando no uso da palavra, chamou atenção para o facto de se tratar de uma Urbanização que vai assentar em terrenos particulares muito divididos e onde naturalmente é difícil a negociação. Assim, qualquer construção que se faça naquela zona, por mais pequena que seja tem que assentar em acordos de vizinhos, o que em sua opinião condiciona um bocado a concretização deste plano. Referiu também que as pessoas sabem fazer contas e não têm sido bem tratadas pela Câmara Municipal, isto porque as aquisições de terrenos levadas a cabo pela autarquia, muitas das vezes partiram da hipótese de que as pessoas não têm cabeça para pensar e portanto não vai ser fácil arranjar acordos para viabilizar um plano destes. Finalmente, considerou que estar-se a dar opinião sobre este Plano, sem se saber quais as soluções que estão a ser estudadas para as Agrads do Norte, é estar a olhar-se só para uma pequena parte do problema, quando em sua opinião seria necessário ter-se uma visão mais geral de todo o enquadramento.

Seguidamente o Vogal Manuel António, referiu-se à grande densidade habitacional da zona, chamou atenção para aspectos que considera importantes, nomeadamente a necessidade de se criarem espaços para estacionamento automóvel bem como espaços verdes, uma vez que toda aquela zona de Esgueira tem carências neste aspecto.

No uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, começou por referir que não pode estar a aprovar o dito Plano, sem conhecer o Regulamento que o rege. Salientou também que mais uma vez a Câmara não distribuiu por nenhum dos membros desta Assembleia um documento que considera importante para a

compreensão da matéria e como tal disse não estar em condições de se poder pronunciar sobre a mesma.

Continuando no uso da palavra, pretendeu saber se a equipa que elaborou este Plano, teve o cuidado de o articular com o P.D.M. e também até que ponto este plano de pormenor ficará nulo ou se porventura integrará o documento geral que é o P.D.M., cuja aprovação nesta Assembleia está prevista para breve.

Finalmente pretendeu saber ainda se foram vendidos já alguns lotes desta urbanização, antes mesmo do Plano estar aprovado, uma vez que existe uma acta da Câmara onde se delibera uma hasta pública para o dia 16 de Agosto e estamos já em Setembro e o Plano em causa ainda não foi aprovado.

Usando seguidamente da palavra a Sr^a Arqt^a Diamantina, explicou que o objectivo principal da proposta, é criar condições para que se possa dar andamento a todo o protocolo celebrado com a C.P. e aprovado nesta Assembleia. Referiu que na altura o dito protocolo envolvia um conjunto de estudos, alguns deles estudos prévios apenas e nessa medida foi aqui aprovado na globalidade.

Pretende-se agora pormenorizar na medida do possível e uma dessas partes do protocolo corresponde àquilo a que nós chamamos 1^a Fase do Plano da Quinta do Cruzeiro e o que se pretende é pormenorizar um desses capítulos do protocolo. Saliu que não foi objectivo do Departamento de Planeamento, trazer a esta Assembleia o Plano para aprovação como Plano de Pormenor nem elementos como o Regulamento etc., aparecem aqui apenas para enquadrar a proposta urbanística. Disse mais uma vez que a intenção não era fazer aprovar o Plano, uma vez que o mesmo está incompleto e portanto não pode ser aprovado como figura acabada. O estudo que agora se submete à Assembleia, é uma 1^a fase, é também decorrente do protocolo com a C.P. é um documento que integra necessariamente o protocolo e que é um desenvolvimento do protocolo e portanto nesse sentido que esta matéria vem à Assembleia e não como Plano de Pormenor. A intenção não é fazer aprovar o Plano de Pormenor, mas sim, fazer aprovar a proposta urbanística que se submete à Assembleia e o Plano como Plano em si, será aprovado quando vier completo, porque nesta fase só serve para se perceber qual é o enquadramento da proposta.

Finalmente disse ainda, que relativamente à questão da deliberação de Câmara que marca uma hasta pública dos lotes, a mesma serviu apenas para acelerar o processo na C.P. . Portanto ao nível do sector de património da C.P. havia que apontar para uma data (não era fazer hastas públicas), para poder desencadear todo o processo administrativo junto da C.P.. A data em causa serviu

apenas para a C.P. ter uma referência por parte da Câmara que havia intenção de vender os lotes este Verão. Por dificuldades relacionadas essencialmente com a C.P. não foi possível isso. Porém não foi vendido um único lote e não iria ser vendido sem que passasse primeiro pela Assembleia.

Novamente no uso da palavra o Sr. Eng^o Lameiras, deu pormenorizadas explicações de carácter técnico, focando aspectos relacionados, com cêrceas, densidades de construção, volumetrias, conjugação da tipologia de construção prevista neste plano com a existente já naquela zona, características dos arruamentos, estacionamento automóvel, espaços verdes etc..

No uso da palavra o Vogal António Salavessa, disse que a primeira ideia que tem sobre esta proposta urbanística é de que a mesma é equilibrada, em termos de volumetrias, em termos de espaços verdes, considerando por isso o trabalho apresentado, bom do ponto de vista técnico ou pelo menos razoável. É de opinião que a proposta em causa deveria ter sido acompanhada pela proposta urbanística da 2^a fase, para uma melhor compreensão de todo o enquadramento. Lembrou também que já foi dito que não se trata de um Plano de Pormenor, trata-se sim de uma proposta urbanística. Por tal facto, é de opinião que a este nível não tem que haver Regulamento, nem tão pouco é necessária a aprovação da Assembleia Municipal, isto porque a nível do ordenamento concelhio só há três figuras que necessitam de aprovação deste órgão: - P.D.M.; Plano de Urbanização e Plano de Pormenor; porém, perante a contestação feita por alguns elementos desta Assembleia de que não estavam satisfeitos os requisitos para ser um Plano de Pormenor, foi respondido que não se trata de um Plano de Pormenor. Assim, a proposta em causa não tem que passar pela aprovação desta Assembleia. No entanto, disse concordar que se faça uma apreciação da matéria, sem todavia se produzir qualquer deliberação sobre a mesma.

Entretanto deu novamente entrada na sala o Vogal Vitor Mangerão.

Face a esta intervenção o Vogal Cruz Tavares, quis saber qual o uso que a Câmara vai dar ao trabalho produzido por esta Assembleia, não entendendo também qual foi a pressa da Câmara em pôr à discussão uma proposta que não tem cabimento em qualquer uma das figuras que obrigatoriamente têm que vir à Assembleia. Acrescentou que, se é para que a Assembleia acompanhe o processo, acha boa ideia e este órgão até está a dar a sua colaboração.

Novamente no uso da palavra o Sr. Eng^o Lameiras, esclareceu que o estudo em apreço, é efectivamente um Plano de Pormenor.

Seguidamente o Vogal Cruz Tavares, começou por dizer que relativamente ao trabalho que está a ser apresentado não tem grandes objecções a fazer, têm-as sim em relação a tudo aquilo que está antes do trabalho e ao previsível futuro do mesmo.

No que se refere às zonas verdes, lembrou que quando see fez a expropriação dos terrenos destinados à variante de Esgueira, aparecia no espaço em causa, uma zona irregular situada entre a linha do Caminho de Ferro e a dita variante, zona essa que toda a gente espontâneamente, instintivamente dizia que seria uma futura zona verde. De repente essa zona aparece não altamente densificada, mas muito densificada, salientando que as pessoas que vivem em Aveiro sabem o porquê dessa opção e que a mesma se prende com a necessidade de arranjar dinheiro para a aquisição do Terminal T.I.R./T.I.F.. Disse ficar incomodado com isto, não tem nada a ver com o Gabinete que elaborou o estudo, o qual, concerteza trabalhou sobre um programa preliminar fornecido pela Câmara Municipal, tratando-se portanto de um acto puramente político ao qual o Gabinete tem que se subordinar.

Prosseguindo, considerou um absurdo sobre o ponto de vista urbanístico, uma vez que se está a atravessar uma via rápida, que se coloque uma zona verde entre uma zona altamente densificada e uma zona médiamente densificada. Perguntando por isso, porque é que a zona verde não é feita no terreno entre a linha e a variante, espaço esse que em sua opinião é o vocacionado para esse fim, mormente se se pensar que quase metade desses terrenos são zona pública.

A finalizar, disse que não se está a criticar o trabalho do Gabinete, mas sim as permissas, o programa preliminar entregue ao Gabinete e esse sim está viciado de início, porque esta Assembleia aceitava perfeitamente que a zona que é propriedade da Câmara, fosse de facto aproveitada para zona verde, o que seria natural. Porém, salientou que há realmente uma componente económica/financeira de curto prazo que se sobrepõe à solução arquitectónica urbanística brilhante, mas que é brilhante para essa área.

Usando novamente da palavra a Sr^a Arqt^a Diamantina, lembrou que em 91 nesta Assembleia, foi aprovado o protocolo com a C.P., o qual, trazia já uma proposta urbanística relativa a esta área, só que tinha uma configuração diferente. Portanto e segundo esta técnica, o que está aqui em causa são as ligações à 2^a fase e a ligação às Agrads e o que foi feito, foi apenas uma reformulação do estudo que então foi aprovado aqui na Assembleia, com o objectivo de assegurar essas

situações. Referiu que no essencial a proposta já foi aprovada em 91, o que está agora em causa são estas questões de ligação e articulação com o resto, porque a proposta à área de construção prevista nesta zona, foi na altura aqui debatida, enquadrada no conjunto do protocolo.

Seguidamente, mostrou os desenhos relativos a esta matéria, ao que se seguiu troca de impressões.

O Vogal Ferreira da Silva, disse que se o ponto em discussão poderá deixar de ser um Plano de Pormenor e se se admite mexer no mesmo, entende que deve de haver uma preocupação com a humanização de toda aquela zona envolvente, nomeadamente na transformação daquela via rápida numa Rua, com a construção de passeios para peões, se possível a criação de uma faixa separadora etc..

Novamente no uso da palavra o Sr. Eng^o Lameiras, disse que não queria que esta via rápida fosse Rua, mas que mantivesse o carácter de Rua, sem perder no entanto a capacidade de escoamento de tráfego e a velocidade para que foi projectada. Acha que existem aqui duas velocidades diferentes derivadas também dos pontos de conflito e da situação em que esta via se desenvolve. Referiu que a preocupação que houve por parte dos técnicos, foi precisamente humanizar esta via, sem lhe tirar contudo a capacidade de tráfego. Prossequindo, disse que a referida via tem passeios, tenta evitar passagens pedonais de nível e para isso criou passagens próprias, o que não significa, que se se vierem a tornar muito intensos os atravessamentos de peões, amanhã não possam ser semaforizados ou por outro artifício urbanístico qualquer, arranjam-se algumas passagens de nível para peões, dependendo tudo da evolução urbana do sector.

Falou também sobre a política dos espaços verdes e dos critérios seguidos por diferentes paisagistas, havendo alguns que defendem os grandes espaços verdes contínuos, outros há porém que são apologistas de que os espaços verdes devem ter sobretudo uma escala local. Considerou que um espaço verde do lado que é sugerido estava já bastante comprometido, uma vez que estava condicionado por uma via rápida e por uma linha de Caminho de Ferro, o que iria acentuar ainda mais o carácter de via rápida desta via, bem como a dificuldade de usufruto do referido espaço.

Novamente no uso da palavra o Vogal Manuel António, considerou que se está a perder uma grande oportunidade de se fazer ali um espaço de lazer como aquela zona nunca conheceu, pois como aqui já foi dito aquele terreno pertence à Câmara e por isso seria um ponto a favor para se tornar uma zona de

espaços verdes, lamentando que se perca mais esta oportunidade e que se anule a hipótese de quer a Urbanização da Quinta do Carramona, quer a Urbanização das Ameias de poderem vir a ter uma zona verde no futuro.

A finalizar, disse esperar que futuros planos contemplem zonas de espaços verdes e de estacionamento tão necessários à cidade de Aveiro.

Usando novamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, disse que não subscreve as palavras da Sr^a Arqt^a Diamantina, quando diz que isto não é um Plano de Pormenor. Pensa efectivamente que se trata de um Plano de Pormenor, com todas as consequências legais, como aliás é também opinião do Sr. Eng^o Lameiras. É também de parecer que esta Assembleia deveria de devolver à Câmara a proposta em apreço; primeiro para que isto seja de facto um Plano de Pormenor com todas as consequências legais daí decorrentes; segundo e face às críticas e às sugestões que aqui já foram alvitradas, muitas das quais disse subscrever, embora com uma pequena nuance, que é a de não ser apologista dos grandes, dos enormes espaços verdes que alguns Arqt^{os} preconizam, já que depois os mesmos acabam por não funcionar. Disse ser de facto apologista de muitos mas pequenos espaços verdes locais que aproveitam a toda a gente, daí que, nessa medida crê que os pequenos espaços verdes estão salvaguardados na zona em causa. O grande espaço verde que é as trazeiras da Qt^a do Carramona, que crê estar intitulada como 2^a fase, deveria de vir à Assembleia, juntamente com a 1^a fase, para ser tudo apreciado globalmente e esta Assembleia quando aprovasse o Plano de Pormenor, aprovava a 1^a e a 2^a fase.

Relativamente às vias de comunicação, entende que para se compensar os inconvenientes decorrentes daquela via rápida, deveria-se de construir vias laterais para os peões, para os utentes locais, a exemplo daquilo que se fez junto ao I.S.C.A..

Quanto ao Regulamento, disse que o mesmo está incompleto, pelo que se deve colmatar essa lacuna e distribui-lo por todos os membros da Assembleia, com vista a uma apreciação cabal.

Novamente no uso da palavra a Sr^a Arqt^a Diamantina, deu pormenorizadas explicações de carácter técnico, fazendo também alusão aos compromissos decorrentes do protocolo com a C.P..

Seguiu-se ainda uma longa troca de impressões sobre o assunto, tendo no final o Presidente da Mesa submetido o ponto em discussão à votação da Assembleia, vindo o mesmo a merecer aprovação por catorze votos a favor do

C.D.S, quatro votos contra do P.S.D. e oito abstenções, sendo uma da C.D.U., quatro do P.S. e três do P.S.D..

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - " absteve-me nesta votação, porque enquanto não for aprovado o Plano Director Municipal, tenho tido a posição de não aprovar qualquer Plano de Pormenor. Também em relação à matéria que está em apreciação, pelo facto de havendo como é conhecido um compromisso político entre a Assembleia, a Câmara e a C.P. e havendo necessidade de se avançar com o processo administrativo que possibilite a concretização dos termos desse protocolo, fica para mim o problema de estar definida uma área de intervenção que é a Quinta do Cruzeiro, dela ser dividida em duas partes e nos estarmos a pronunciar apenas sobre uma, criando um compromisso, criando portanto uma figura legal que depois será difícil de alterar caso não se concorde com a 2ª Fase."

Do Vogal Custódio Ramos, nos seguintes termos: - " absteve-me, dado que desde a primeira hora há tempos atrás discordo em relação ao negócio feito com a C.P., que na altura muitos consideraram do maior interesse para o Município de Aveiro. E como se trata de uma sequência desse negócio, hoje não poderia obviamente votar a favor. Além do mais, tendo este debate sido de muito interesse e muito esclarecedor designadamente por parte da oposição que tentou levar à exaustão a sua discussão e tendo-se tentado introduzir algumas nuances e dado que nenhuma foi aceite, obviamente que não podia merecer a nossa aprovação."

A finalizar do Vogal Cruz Tavares, nos seguintes termos: - " votei contra, porque não considere suficientemente esclarecedora a discussão prévia a esta votação, consideraria confusa, cortada quase abruptamente por uma votação, cujo resultado era naturalmente previsível e anunciada como quase recurso para encerrar o assunto. Votei contra, ainda porque, é um princípio a meu ver errado, perigoso e contra natura, aprovar a 1ª fase de um Plano de Pormenor que abrange uma área que será naturalmente muito maior do que a que fica abrangida por esta 1ª fase."

PONTO Nº 2 - DERRAMA



Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 93.08.23: -

"DERRAMA:- Conforme o estipulado no nº 1 do Artº 5º da Lei nº 1/87, de 6 de Janeiro, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei nº 470-B/88, de 19 de Dezembro, foi também deliberado, por unanimidade, propôr o lançamento da derrama da percentagem de 10% a incidir sobre a colecta do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC), relativa ao rendimento gerado na área de todo o concelho, com vista à realização das seguintes obras: continuação de obras de saneamento no concelho; e construção da nova Ponte de Pau.

A presente deliberação necessita, nos termos legais, de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal."

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta. Depois de referir que se trata de uma matéria que é tão repetida todos os anos pouco haverá a dizer em relação à mesma. As obras estão identificadas na deliberação supra e são a continuação das obras de saneamento no concelho e a construção da nova Ponte de Pau e os seus montantes mais que absorvem o valor global da derrama.

Disse ainda que numa leitura que fez agora à deliberação que aprova a referida derrama, constata que não foram referenciados quaisquer valores respeitantes a estas obras, muito embora a lei não diga rigorosamente que se deva fazer referência aos montantes, mas sim apenas identificar as obras, no entanto adiantou que a construção da dita "Ponte de Pau", será posta a concurso por um valor na ordem dos trezentos mil contos e o "Saneamento", por um valor que ronda os seiscentos a setecentos mil contos.

Usando da palavra o Vogal Custódio Ramos, disse que a proposta está mal formulada, porquanto o lançamento da derrama não é nos termos da deliberação supra. As derramas hoje, têm que ser lançadas nos termos da Lei 37/93, e a proposta que é apresentada à Assembleia é feita nos termos da Lei 1/87, na redacção dada pelo Dec.Lei 470-B/88. Isto está ultrapassado, está revogado, em suma a proposta está mal formulada e por isso propôs que a Câmara reformulasse

a proposta de acordo com a lei em vigor e a traga de novo a uma próxima Assembleia, para então ser aprovada.

Também no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, disse que de facto não é só o lapso apontado pelo Vogal Custódio Ramos que se verifica na deliberação em causa, há ainda outro, que se prende com o facto das obras a levar a efeito não terem sido citadas conforme a lei impõe.

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, disse que de facto o Vogal Custódio Ramos tem razão, faz-se referência ao Dec. Lei 470-B/88, quando a referência deve ser à lei 37/93. De resto o teor da deliberação está certo, a referência á lei é que está errada. Disse também que a lei não fala na especificação das obras, nem no montante. Em suma a única dúvida é a referência à lei, pelo que disse não ver objecção nenhuma em que a proposta seja retirada para reformulação e posterior aprovação.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa passou ao ponto nº 3 da ordem de trabalhos:

PONTO Nº 3 - CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 93.08.23: -

"CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA: - Nos termos do disposto no Artº 17º do Código da Contribuição Autárquica, a Câmara deliberou, por unanimidade, manter a percentagem de 1,2% para a taxa de contribuição autárquica a cobrar no próximo ano de 1994, carecendo a presente deliberação da aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais."

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta supra, salientando que a mesma visa manter a contribuição autárquica na percentagem de 1,2%. A lei permite que as Câmaras

variem a percentagem, entre 1 e 1,3, a Câmara de Aveiro fixou em 1,2% já há alguns anos e propõe a mesma percentagem para aprovação

Usando da palavra o Vogal Custódio Ramos, disse não gostar do termo "manter" contido na proposta, já que a Câmara não tem que manter nada, mas sim, ano após ano lançar uma derrama nova. Referindo-se o ano económico que se avizinha, disse que o mesmo não lhe parece ser muito fulgurante em matéria de finanças para as autarquias, pensando também que o não será para as empresas e qualquer imposto que tenha que se pagar vai ser difícil de facto para as entidades sujeitas ao I.R.C. . A finalizar, disse pensar que não haverá objecções à proposta em causa.

No uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, quis saber quais são os argumentos que a Câmara invoca face a uma envolvente de deflacção, de grave crise habitacional, para manter a percentagem na Contribuição Autárquica, uma vez que há Câmaras no País que praticam percentagens inferiores, lembrando ainda que em Aveiro há quatro anos apareceu uma força política que se propunha reduzir essa Contribuição para 1,1%, e que era capaz de trabalhar com essa percentagem.

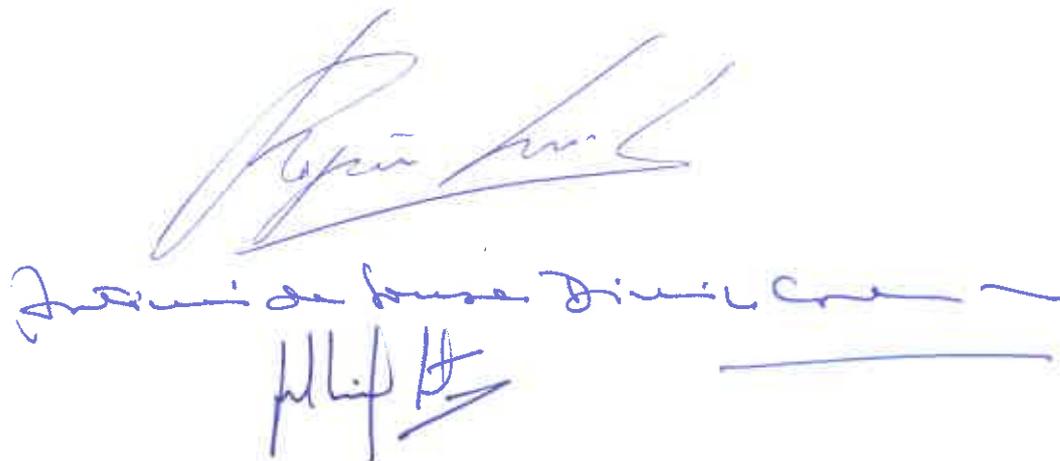
Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, explicou que foi um critério fixado e que é seguido pela maioria das Câmaras para não agravar excessivamente a dita contribuição; no entanto Câmaras há que a agravaram e vão aumentá-la este ano para 1,3%. Trata-se de uma prática geral preconizada pela Associação Nacional de Municípios, razão pela qual a Câmara mantém 1,2% até na perspectiva de que no próximo ano e segundo as notícias que são postas a correr, a situação financeira dos Municípios, que também é um aspecto importante (grave e preocupante) a considerar na vida Nacional, já que se as Câmaras mantiverem cada vez menos a capacidade de investimento, mal vai a economia. Considera por isso, que é nas alturas de deflacção e de crise que o investimento público deve crescer. Dentro desta filosofia a Contribuição Autárquica podia até ser o argumento para conseguir mais receitas públicas para que houvesse mais investimento público, pois a receita proveninete dessa contribuição é fundamentalmente para o investimento e portanto não vê razão nenhuma para a diminuir. nem para a acrescentar também, considerando a crise que aí está.

Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa submeteu o assunto à votação da Assembleia, vindo o mesmo a merecer aprovação por vinte e três votos a favor do C.D.S., P.S.D., P.S. e C.D.U. e três abstenções do P.S. e P.S.D..

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00,30 minutos do dia 29.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



Antonio de Sousa Diogo

M. H.